



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

CEB vai trocar 100% da iluminação pública até 2026

A CEB prepara um arrojado plano para iluminação pública do Distrito Federal. A empresa prevê o investimento de R\$ 300 milhões em recursos próprios ou captados no mercado, que serão pagos pela CIP (Contribuição de Iluminação Pública). “Desde 2020 estamos trabalhando para assumir a gestão da iluminação e usar nossos recursos da CEB superavitária para antecipar a modernização do DF”, afirma o presidente da CEB, Edison Garcia. Os investimentos terão início em abril e vão até 2026. “Até 2026 trocaremos 100% das lâmpadas no DF”, garante. Serão 284 mil novas luminárias de LED.



Joel Rodrigues/Agência Brasília

Furto de cabos

A CEB afirma que muitas falhas no serviço de iluminação pública decorrem dos recorrentes casos de furtos de cabos e transformadores de energia elétrica, que todos os dias acontecem em diversas localidades do DF. O problema vem sendo discutido com as forças de segurança pública em busca de ações estratégicas para reprimir esses crimes.

Responsabilidade do Metrô

Ainda segundo a CEB, relatório da empresa subcontratada Engeluz Iluminação e Eletricidade Ltda. demonstrou que a situação do serviço de iluminação pública, que é de responsabilidade da CEB, das estações do metrô situadas na região central de Brasília, estão em adequado funcionamento. “A CEB-IPES também documentou que alguns pontos das estações com baixa luminosidade ou falta de iluminação, destacados no relatório da Engeluz, são áreas administradas pela Companhia Metropolitana do Distrito Federal (METRO-DF) e, portanto, estão fora do parque de iluminação pública do DF. Ou seja, fora da atuação e competência da CEB-IPES”, afirma a empresa em ofício de esclarecimentos encaminhado ao Tribunal de Contas do DF.



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press

Investimentos

O presidente da CEB, Edison Garcia, explica que os esclarecimentos sobre supostas falhas na iluminação pública no DF foram encaminhados ao presidente do Tribunal de Contas do DF, Márcio Michel. “Nos últimos anos, foram investidos mais de R\$ 100 milhões no parque de iluminação pública do DF com instalação de mais de 100 mil novas luminárias de LED. Somente em dezembro de 2023, foram assinados 42 contratos (eficientização e expansão), um investimento de mais de R\$ 15 milhões para substituição de outras quase 20 mil lâmpadas até março de 2024. O exercício de 2023 foi concluído com mais de R\$ 45 milhões alocados para a instalação de mais de 35 mil luminárias de LED, nas localidades indicadas pela SODF (Secretaria de Obras e Infraestrutura do DF) e pelos parlamentares da Câmara Legislativa do Distrito Federal”, afirma a empresa.



Ed Alves/CB/DA.Press



Carlos Moura/SCO/STF

Uso político contra ministros do STF

A investigação sobre o uso político da Abin na gestão do deputado Delegado Ramagem (PL-RJ) mostrou mais um episódio em que bolsonaristas tentam associar o ministro Alexandre de Moraes ao PCC. Em fake news espalhada pelas redes sociais, eleitores e aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro divulgaram que o magistrado foi advogado da organização criminosa, o que já foi desmentido. Na investigação sobre a Abin, policiais federais apontaram a existência de uma operação da agência com objetivo de tentar associar parlamentares e os ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes ao PCC.

Objetivo específico

A operação de inteligência da Abin mirava pelo menos um julgamento específico do STF. Bolsonaristas queriam contaminar a opinião pública com a informação de que Alexandre de Moraes era ligado à ONG Anjos da Liberdade, que protocolou uma ADPF (ação de descumprimento de preceito fundamental) contra portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública, então comandado por Anderson Torres, que restringiu visitas íntimas em presídios. O STF não conheceu a ação.

Cautela

No meio jurídico, a postura do procurador-geral da República, Paulo Gonet, de não concordar com o afastamento do deputado Delegado Ramagem (PL-RJ) do cargo foi vista como sensata e equilibrada. A Polícia Federal representou pela suspensão do parlamentar por ser integrante da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência da Câmara dos Deputados, e ter assinado requerimentos de informações relacionados aos fatos sob investigação na Abin. Mas Gonet opinou pela cautela. Sua manifestação foi endossada pela decisão do ministro Alexandre de Moraes.



Ed Alves/CB/DA.Press

“A suspeita de que o governo Bolsonaro espionou autoridades e cidadãos comuns ilegalmente é gravíssima. Ramagem, ex-diretor da Abin, que acordou com a Polícia Federal na sua porta, é o mesmo que o inegável quer apoiar para prefeito do RJ. O modo gângster de fazer política precisa ser derrotado. Sem anistia para golpista!”

Érika Kokay (PT-DF),
Deputada federal



“Mais um parlamentar de oposição tem o gabinete revirado por uma operação de busca e apreensão. Novamente, um parlamentar que é pré-candidato nas eleições municipais deste ano. As lideranças do Congresso Nacional precisam reagir a esse tipo de quebra de prerrogativas parlamentares sem precedentes na história do Brasil. Minha solidariedade ao meu amigo, deputado Ramagem. Coloco meu mandato e minha assessoria técnica à sua disposição, deputado”

Dameres Alves (Republicanos-DF),
Senadora



SÓ PAPOS

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | ANTÔNIO OLIVEIRA | NEUROCIRURGIÃO FUNCIONAL

Ao CB.Saúde o neurocirurgião Antônio Oliveira enfatiza que o diagnóstico para pessoas com deficiências intelectuais, ainda no início da vida, pode ajudar em ganhos de independência para o paciente e familiares, acabando com estigmas ultrapassados

Melhora para a qualidade de vida

» CAMILA COIMBRA*

Os tratamentos e a melhora na qualidade de vida de pacientes com paralisia cerebral, ainda na infância, foi o tema do CB.Saúde — parceria entre o Correio e a TV Brasília —, de ontem. A jornalista Carmen

Souza, o neurocirurgião funcional do Hospital Anchieta Antônio Oliveira falou sobre a importância de se diagnosticar problemas neurológicos ainda no início, para dar aos portadores de deficiência mais autonomia e qualidade de vida, tanto a eles quanto aos seus familiares.



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press

Qual a função e como funciona a especialidade do neurocirurgião funcional?

A ideia da neurocirurgia funcional é oferecer opções de tratamento cirúrgico para melhorar a qualidade de vida, trazer funcionalidade para esses pacientes e explicar às pessoas que esse “funcional” é relacionado a transtornos funcionais. Não é apenas uma doença e sim um grupo de doenças neurológicas. Doenças que não são malignas, que não vão levar o paciente a óbito, mas que eliminam a qualidade de vida dessas pessoas, gerando sequelas seja em pacientes adultos (AVC, doenças crônicas como doença de Parkinson, epilepsia) ou nas crianças, onde a mais conhecida é paralisia

cerebral. Enfermidades que geram alterações cognitivas de fala, motora e, em especial, alterações de movimento que dificultam tanto a independência desses pacientes quanto o trabalho exercido pelos responsáveis presentes.

No caso da paralisia, é comum a cirurgia funcional para crianças com doenças neurológicas?

Os pacientes com paralisia cerebral, historicamente, morriam mais cedo e tinham dificuldade no diagnóstico, o que ocasionava complicações em oferecer tratamentos. De um ponto de vista profissional, temos uma longa estrada para caminhar, que vem crescendo cada vez mais, e fazendo essas cirurgias funcionais.

Existe o aumento de subnotificação de casos de paralisia cerebral?

Está sendo documentado em literatura e artigos como os pacientes são negligenciados e não são avaliados, dentro de um cenário governamental, de indústria e até mesmo dentro da própria equipe de saúde. Onde esses profissionais costumam dar menos atenção aos casos pela ideia fechada de que “é aquilo (paralisia cerebral) e não tem o que fazer. Conviva com isso”. É esse tipo de comportamento e mentalidade que queremos mudar.

Existem graus de comprometimento ocasionados pela paralisia cerebral?

Existem classificações para dizer o quanto esse paciente está disfuncional ou prejudicado. Existem pessoas com paralisia cerebral que são quase independentes, que trabalham, estudam, fazem concurso e que se desenvolvem. Além de pacientes graves, que são acamados. Entretanto, é possível oferecer tratamentos medicamentosos, com neurologista e neuropediatra (menos invasivos), e até tratamentos mais complexos para os mais debilitados.

O prognóstico, ocorrendo mais cedo, é melhor para o tratamento em crianças?

Estudos falam que o diagnóstico, seja em adulto ou criança, quanto mais precoce, melhor para a evolução, pois assim alcança tratamentos mais específicos.

Intervenções específicas podem aumentar a qualidade de vida dos pacientes?

O paciente que tem uma seqüela, uma dependência, com uma doença neurológica grave, derruba uma família. Ela precisa ter condição de ter um cuidador e uma vida social. Então, certos procedimentos avaliados dentro da especificação do paciente melhoraram a qualidade de vida dele e de todos ao redor. Ter uma evidência científica funciona e ajuda todo mundo em volta.

Quando se realiza a cirurgia funcional, a melhora permite ao paciente a retornar para casa?

A realização de cirurgias assim torna possível a volta para casa, conseguir andar, levar uma colher de comida à boca, não depender de todo mundo, isso faz uma diferença enorme. É uma maneira de viver com qualidade e trazer tratamentos que influenciam essas operações, o deixando mais independente.



Aponte a câmera para o QR Code e assista a entrevista completa

O avanço tecnológico e médico, que vem crescendo nos últimos anos, está aumentando a expectativa de vida para crianças que possuem doenças neurológicas?

O que leva uma criança a falecer mais cedo, a partir do diagnóstico, são doenças que vem com ele, como as de pele, lesão óssea e dependência. Isso provoca a morte precocemente. Quando se trata e deixa criança independente, com o tempo, são fornecidas terapias melhores.

*Estagiária sob a supervisão de Suzano Almeida